



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007023-09.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos de Terceiro - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**
 Embargante: **Maria Lucia Pires Barbosa Gonçalves e outro**
 Embargado: **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Embargos de Terceiro propostos por **MARIA LÚCIA PIRES BARBOSA GONÇALVES** e **BOANERGES COSTAS GONÇALVES** contra a **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, visando à desconstituição da penhora que recaiu sobre o imóvel objeto da matrícula nº 81.836, do Cartório de Registro Local, efetivada no processo 0016545-87.2009.8.26.0566, que a embargada Fazenda Pública do Estado de São Paulo move contra terceiros, sob o fundamento de que atingiu bem de sua propriedade, que foi adquirido de boa-fé.

Os embargos foram recebidos com efeito suspensivo em relação ao bem (fls. 52) e a embargada, citada, apresentou resposta (fls.53/54) anuindo ao pedido, sem condenação nas custas e verbas sucumbenciais ante a ausência de resistência à pretensão.

É o relatório.

Passo a fundamentar e decidir.

O pedido merece acolhimento.

Hodiernamente, a fraude não mais se presume, havendo que se perquirir sobre a ocorrência ou não da má-fé na aquisição do bem.

Esse posicionamento veio a ser consolidado pela corte superior, por intermédio da Súmula nº 375, publicada no DJe de 30.03.2009, enunciada dessa forma: “*O reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente*”.

Conforme destacado no REsp 638664, datado de 07.04.2005, tendo como



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

relator o Ministro Luiz Fux, a jurisprudência do STJ tem sido no sentido de que a questão de forma deve ser sobrepujada pela questão fundo, como técnica de realização da justiça, conferindo interpretação finalística à Lei de Registros Públicos e que a demonstração de má-fé pressupõe ato de efetiva citação ou constrição judicial, esta decorrente do registro da penhora.

No caso em questão, os embargantes adquiriram o imóvel, em 20/09/2004 (Certidão de Matrícula de fls. 23), portanto, muito antes de proposta a execução fiscal (2009), com as cautelas exigíveis de qualquer adquirente, não se verificando má-fé, tanto que a própria embargada anuiu ao acolhimento dos embargos, solução que se impõe.

Ante o exposto, ACOLHO os embargos para determinar o LEVANTAMENTO da penhora efetuada sobre o imóvel objeto da mat. 81.836 do Cartório de Registro de Imóveis São Carlos.

Pelo princípio da causalidade, já que a compra foi registrada no CRI em 15/07/08 (fls. 23), condeno a embargada ao pagamento dos honorários advocatícios fixados, por equidade, nos termos do artigo 20, § 4.º, do Código de Processo Civil, no valor de R\$ 770,00 (setecentos e setenta reais).

Dê-se ciência ao SRI competente, para as providências necessárias.

Certifique-se nos autos da execução.

P.R.I.C.

São Carlos, 24 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**